**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,
INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.**

Ano 2012.

PARECER Nº 463/2012.
Projeto de Lei Ordinária nº EM-086/2012.

RELATÓRIO

Distribuído a esta Comissão, para análise e parecer, o Projeto de Lei nº EM-086/2012, de autoria do Executivo Municipal, que altera dispositivos da Lei nº 7.514, de 20 de março de 2012.

FUNDAMENTAÇÃO

A presente proposição visa alterar a Lei Municipal 7.514, de 20 de março de 2012, que dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais (OS's) e deu outras providências.

As modificações ora propostas são feitas em razão do amadurecimento e dos estudos já feitos por técnicos da Secretaria Municipal de Saúde visando a implementação da referida lei.

Assim o dizemos porque iniciadas as sondagens junto a diversas OS's quanto ao interesse em participar de uma seleção pública de entidades para atuar no Município de Divinópolis, recebeu-se como resposta unânime que a Lei de qualificação das OS's de nossa cidade, tal qual redigida, impediria que entidades sérias apresentassem qualquer proposta.

Foi argumentado para os técnicos da Secretaria Municipal de Saúde, que especialmente a figura do "Conselho de Administração", como previsto, representava uma ingerência indevida na estrutura destas entidades; uma vez que muitas OS's atuam em inúmeros outros municípios e são constituídas segundo as leis civis que regem o funcionamento das pessoas jurídicas em geral.

De fato, com maior reflexão quanto aos termos da proposta inicial do Poder Executivo, fazemos um exercício de humildade para reconhecer que seria uma intromissão indesejada que o Conselho de Administração de uma OS com atuação em Divinópolis definisse, como estava previsto, questões relativas a apreciação de balanços ou escolha e remuneração da diretoria destas entidades, já que muitas delas possuem uma matriz que responde por inúmeros contratos de gestão Brasil afora.

Melhor amadurecendo a questão, parece que de modo não intencional nossa proposta acabou por enveredar-se por questões gerais de Direito Civil e Comercial, invadindo, reflexamente, competência privativa da União prevista no art. 22, I da Constituição Federal.

Ora, quem disciplina a forma dos Conselhos de Administração das Pessoas Jurídicas em geral – e uma OS é uma pessoa jurídica de direito privado – é o Código Civil Brasileiro a partir de seu artigo 1.010.

Mutatis mutandis quem também prevê um Conselho de Administração, na forma tradicional do Direito Privado é a Lei Federal 6.404/76 a partir de seu artigo 140, quando regulamenta as sociedades anônimas, sendo também inegável a competência privativa da União para alterar qualquer normal geral ou especial neste sentido.

Assim é, Senhor Presidente, que o Poder Executivo vem propor a presente alteração, para transformar-se a figura prevista do Conselho de Administração (que é figura típica do Direito Civil/Empresarial e, portanto, de competência privativa da União Federal) em um Conselho de Acompanhamento Administrativo, cujo foco passa a ser o Contrato de Gestão e não a entidade em si.

A Prefeitura não deseja e nunca desejou ditar como deve ser a condução da entidade aqui selecionada no que diz respeito, eventualmente, a contratos de gestão que mantenha em outros municípios. *(Conforme justificativa do Projeto)*.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão declara pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº EM-086/2012.

Divinópolis, 10 de dezembro de 2012.

Edmar A. Rodrigues

Relator

Geraldinho da Saúde

Secretário

Roberto Pedro Bento

Membro